

Abreallas

Sumário



Quando o passado ilumina o presente	3
A pena abre-se em leque feminista	11
Senhorinha e Josefina	16
Educação para o salão	20
Do beabá ao diploma superior	24
Nísia Floresta - uma brasileira augusta	29
Elas querem ser cidadãs	30
Voto feminino no continente americano	33
Fragmentos teatrais pelo voto feminista	34
Qual o seu nome?	36
Qualquer maneira de organizar-se vale a pena	39
Decálogo feminista - 1934	42
Mulher, 500 anos atrás dos panos	44
Cronorevista - Linha do tempo	46

Quando o passado ilumina o presente

As conquistas sociais e os direitos que hoje contemplam a mulher brasileira originaram-se do esforço de gerações de mulheres. Reunidas em organizações ou manifestando-se individualmente, elas trabalharam em prol dos direitos da mulher. Devemos a muitas delas não apenas os nossos direitos a frequentar escolas e universidades, nossos direitos de votar e ser votada, como também os exemplos de persistência na concretização de ideais.

Cultivar a memória das precursoras nas lutas em defesa da cidadania tem vários propósitos, o primeiro é fazer-lhes justiça por seus feitos extraordinários, o segundo é reconhecer que numerosos eram os caminhos de ação e numerosas foram as estratégias adotadas.

Abrealas pretende, nesse número especial, servir um aperitivo da grande aventura vivida pelas precursoras do feminismo no Brasil. E chamamos de feminismo a uma das formas criativas que as mulheres encontraram para ampliar seus espaços de participação política.

É preciso também dizer que as protagonistas dessa primeira onda feminista eram, em geral, brancas e escolarizadas. Isso porque, em uma sociedade marcada pela tragédia da escravidão e pela discriminação racial, não há como reunir, em uma mesma história, brancas, negras e índias.

A razão pela qual há raríssimas mulheres negras na primeira onda feminista, prende-se ao fato de que a população negra, depois da



abolição, continuou excluída da educação e do mercado de trabalho industrial. Analfabetas e subempregadas, as mulheres negras viviam à margem das cidades, sobrevivendo com trabalhos pesados e desprestigiados.

Ainda assim podemos citar algumas mulheres negras que se destacaram na lutas políticas, como a quilombola Mariana Criola — uma das líderes da revolta escrava na região de Vassouras, em 1838. A professora e escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, autora do primeiro romance abolicionista brasileiro, escrito por uma mulher. A delegada eleitora dos representantes classistas na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, Almerinda Gama e a primeira deputada estadual negra do Brasil, a professora Antonieta de Barros.

Para citar mulheres indígenas teríamos que fazer mágica, uma vez que a grande maioria foi dizimada ou tragada pelo processo de colonização, submetidas aos homens

brancos, seja como elos de intermediação entre as culturas, seja como objetos sexuais. Verdade que nem todas as índias foram vítimas da inserção violenta na sociedade branca, algumas delas foram importantes agentes de “aculturação” de seu povo, como a índia kaiapó Damiana da Cunha e a índia Vanuire da tribo caingangue. Muitas outras, ainda que anônimas, lutaram para manter as tradições de seu povo.



No final do século XIX, a questão indígena chegou às populações urbanas que já haviam condenado a escravidão negra. Com tantas nações indígenas sendo aniquiladas, a feminista Leolinda Daltro se envolveu na luta de defesa da população indígena e teve que aturar toda sorte de chacotas e repressões — principalmente dos fazendeiros e da Igreja.

É importante ressaltar que as lutas pela expressão pública, pelo acesso aos diferentes níveis de educação e pelo voto, apesar de apresentarem períodos de pico, não se deram linearmente, uma depois da

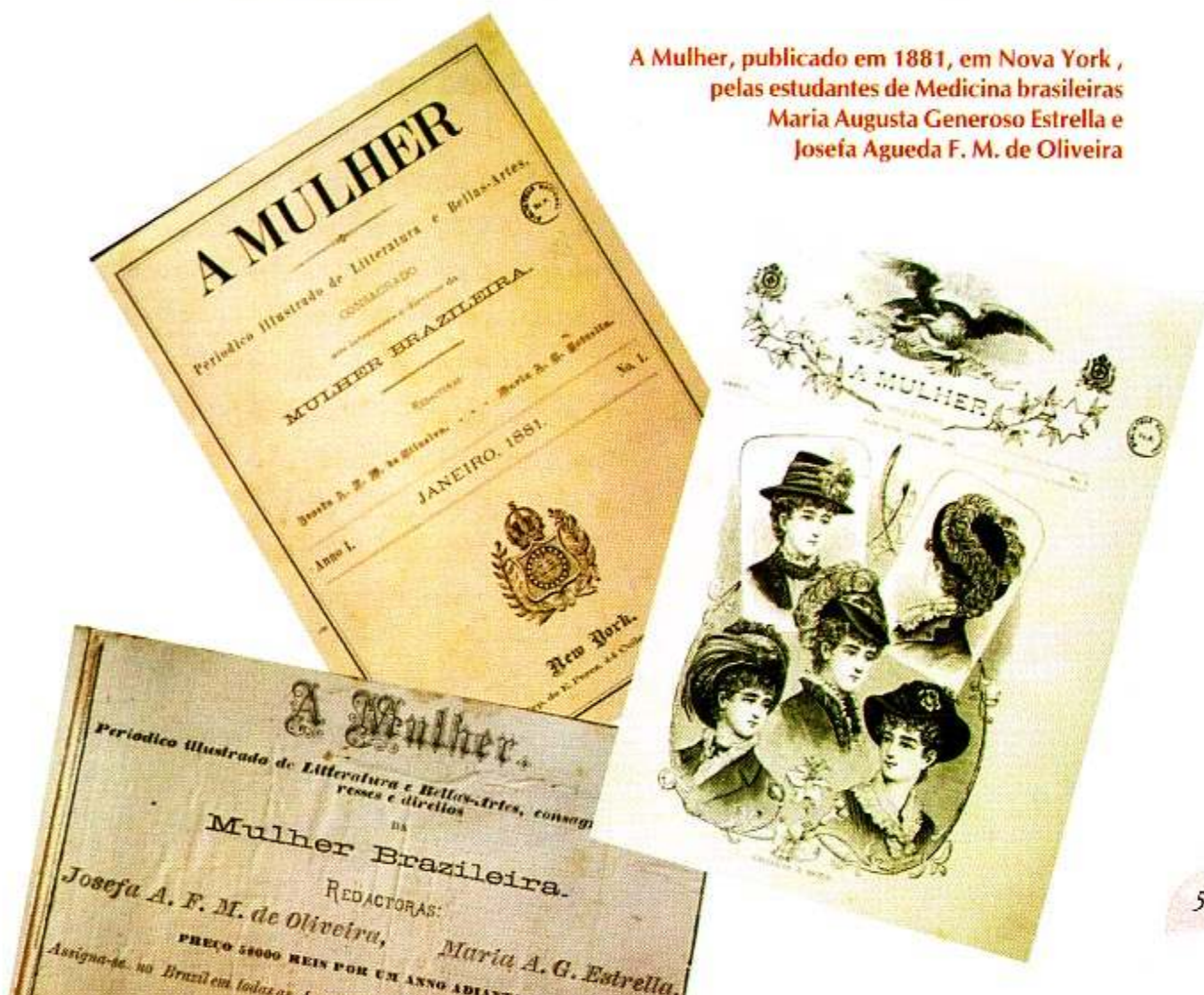
outra. Podemos dizer que foram lutas que se imbricaram. Pois no fundo, as especificidades de cada uma delas estavam inscritas na luta maior pela cidadania das mulheres.

A imprensa das mulheres

O boom da imprensa escrita e dirigida por mulheres, entre 1850 a 1910, foi traduzido em dezenas de jornais e revistas editados em vários cantos do país. A prática de escrever para publicar foi uma importante manifestação da expressão pública das mulheres. Pois não podemos esquecer que nessa época *escrever para ser lido* era privilégio dos homens, cabendo às mulheres, quando muito, escrever diários secretíssimos e poemas desde que sem a pretensão de publicá-los.

O grande mérito da imprensa das mulheres - dentro da diversidade dos veículos e das linguagens empregadas - foi propagandar a luta pela cidadania feminina. Sendo que uma das valiosas estratégias adotadas

A Mulher, publicado em 1881, em Nova York, pelas estudantes de Medicina brasileiras Maria Augusta Generoso Estrella e Josefa Agueda F. M. de Oliveira





foi a de clamar pelo acesso das mulheres à educação.

Da alfabetização à universidade

Foram várias as lutas pela acesso das mulheres à educação, primeiro por escolas, depois pela qualidade, uma vez que os colégios para meninas eram flagrantemente inferiores aos colégios para meninos. Sobravam bordados e tricôs, faltavam álgebra, português, geografia.

E tremenda também foi a batalha para o acesso ao ensino superior. E mesmo, na década de 1880, quando as portas das faculdades foram abertas, o número de alunas inscritas permaneceu irrisório por muito tempo, isto porque a sociedade esperava das mulheres no máximo uma educada dona de casa, e não uma profissional. Destaca-se também a dificuldade de frequentar os melhores colégios de primeiro e segundo graus — que preparavam o estudante para a faculdade.

Caso exemplar foi o *Colégio Pedro II*, no Rio de Janeiro, que inclusive garantia o privilégio de colocar seus alunos nos cursos superiores, sem que eles precisassem fazer exames. O *Colégio Pedro II* só cedeu à pressão das mulheres organizadas pela *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, em 1927

— ou seja 89 anos depois de sua fundação —, quando Yvone Monteiro da Silva, graças ao alarido das feministas, conseguiu matricular-se, tornando-se a primeira mulher a diplomar-se na mais tradicional instituição de ensino secundário da época.

Cidadania política

Apesar da pouca visibilidade na história oficial, foram muitas as mulheres que se organizaram em torno das lutas pelo abolicionismo e pela República. Mas o empenho não correspondeu ao direito. Passado o império e proclamada a República, a Constituição de 1891 marcou o divisor de águas nas formas de participação política adotadas pelas mulheres. A recusa do direito de sufrágio às mulheres revelou para aquela geração que a expansão da educação, por si só, não tiraria a mulher da situação de inferioridade social e elas iriam esperar quase cinquenta anos para votar.

Mas não foi uma espera sem luta. Muito pelo contrário, são inúmeras as mulheres que se bateram, na imprensa, nas galerias da Câmara Federal, no teatro e até nos ares, para que as brasileiras pudessem votar e serem votadas.

Não podemos deixar de citar

E não pensem que apenas o ensino era dificultado às mulheres, o serviço público também demorou a permitir que elas prestassem concursos. E as empresas estatais - de bons salários - demoraram muitíssimo mais.

duas *Isabéis*, a primeira é a gaúcha Isabel de Sousa Matos, uma cirurgiã dentista que requereu em 1885 seu alistamento eleitoral. Seu pedido estava amparado pela Lei Saraiva — que garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos. Isabel teve sua demanda atendida em segunda instância. Com o advento da República, Isabel estava moran-

Estas foram primeiras mulheres eleitas no Brasil:

1928 - Prefeita Alzira Soriano

1934 - Deputadas Estaduais

1) Antonieta de Barros – SC

2) Lili Lages – AL

3) Maria do Céu Fernandes – RN

4) Maria Luiza Bittencourt – BA

5) Maria Teresa Nogueira de Azevedo – SP

6) Maria Teresa Silveira de Barros Camargo – SP

7) Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro – SE

8) Rosa Castro Zuleide Bogéa – MA

1934 – Deputadas Federais

- 1) Carlota Pereira de Queiroz – SP
- 2) Bertha Lutz (suplente – assumiu em 1936)

1936 – Deputadas Estaduais (eleições complementares)

- 1) Chiquinha Rodrigues - SP
- 2) Maria de Miranda Leão – AM

do na cidade do Rio de Janeiro e procurou a comissão de alistamento eleitoral para fazer valer o seu direito. Diante do fato inusitado de uma mulher pleitear o direito de se alistar, a comissão pediu um parecer ao Ministro do Interior que fez uma negativa contundente: julgou absolutamente improcedente a reivindicação de Isabel de Matos.

A segunda Isabel foi uma sufragista baiana. Isabel Dillon foi a primeira mulher a apresentar-se como candidata a deputada na Constituinte de 1891. Ela argumen-

tou que a Lei Eleitoral de 1890 não excluía as mulheres, uma vez que estava escrito que o voto era direito dos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, sem referência explícita ao sexo do eleitor. Ela tornou pública a sua candidatura e como plataforma eleitoral assumiu defender a opção religiosa, a ampla liberdade de pensamento e a aprovação de leis que protegessem a criança, a mulher e o operariado nascente. Não conseguiu sequer se alistar para votar.

O fato é que a luta para votar e ser votada seria longa. E para conquistar esse direito surgiram várias formas de organização: do *Partido Republicano Feminino* (1910) à *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (1922). E mesmo depois de 1932, quando finalmente as mulheres conseguiram seu direito ao voto, outra batalha estava começando: eleger as mulheres.

A luta segue na quebra da

esquina do milênio.

As histórias, as mulheres, os fatos, as lutas que a *Abrealas* narra nesse número especial, não estão congeladas no tempo. Sem dúvida nenhuma, as mulheres brasileiras de hoje têm oportunidades e ferramentas bem mais sofisticadas do que as mulheres de ontem.

As universidades estão abertas, cada vez mais as profissões se feminizam e as mulheres aprenderam como ninguém a conquistar espaços.

Mas muito ainda precisa ser feito. Todavia seguimos ganhando menos do que os homens, as nossas representantes políticas são minoria e o caminho iluminado.

Muitas razões para entrar na História

Antonieta de Barros tem muitas razões para ter seu nome inscrito na História do Brasil. Nascida na ilha de Florianópolis em 1901, logo cedo ficou órfã de pai, sendo criada com o esforço da mãe.

Surpreendentemente, em uma época na qual a educação das meninas estava destinada para as famílias brancas com recursos, Antonieta consegue formar-se professora na *Escola Normal Catarinense*. E como educadora terá uma carreira profícua.

Destaca-se no jornalismo, criando em 1922 o jornal *A Semana*. Também foi diretora do periódico

Vida Ilhôa.

Em 1934 elege-se deputada estadual pelo *Partido Liberal Catarinense*, tornando-se a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no país.

Pesquisas apontam que Antonieta manteve intercâmbio com a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, tendo trocado cartas com a feminista Bertha Lutz.

Antonieta excursionou pela literatura, usando o pseudônimo "Maria da Ilha" escreveu o livro *Farrapos de Idéias*.

Faleceu na sua ilha, em 1952.



15 de Outubro de 1935
A MENSAGEIRA
 Revista literária dedicada à mulher brasileira
 Fundação de Cultura Brasileira

BELLO SEXO
 Publicação Mensal de Instrução e Arte, Ciências e Cultura feminina
 Fundação de Cultura Brasileira

15 de Outubro de 1935
O SEXO FEMININO
 REVISTA DE CULTURA FEMININA
 Fundação de Cultura Brasileira

RECREIO DAS SENHORAS
 JORNAL DE CULTURA LITTERARIA E INSTRUCCION
 Modas, Bellezas, Artes e Tivulos
 1914

ESCRINIO
 REVISTA DE BELLEZAS E MODAS
 Modas, Bellezas, Artes e Tivulos

O JORNAL DAS SENHORAS
 Modas, Bellezas, Artes e Tivulos

RECREIO DAS SENHORAS
 Modas, Bellezas, Artes e Tivulos

OLYRIO
 REVISTA DE BELLEZAS E MODAS

Publicações feitas por mulheres e/ou dirigidas para o público feminino

A pena abre-se em leque feminista

Tente imaginar a imprensa brasileira na segunda metade do século XIX. Imaginou?

Agora tente imaginar mulheres editando e escrevendo jornais e revistas. E mais, reivindicando direitos para as cidadãs brasileiras. Difícil, não é?

Entretanto, é a pura verdade.

O século XIX, e particularmente a sua segunda metade, assistiu ao nascimento de jornais e revistas editados e escritos por mulheres.

Não adianta pegar as Livros e Manuais sobre *Imprensa* na sua estante. Pode folhear, procurar no índice, abrir páginas ao acaso. Inútil, você não vai encontrar nenhuma referência às mulheres editoras e redatoras, nem aos jornais e revistas feministas.

Esta história está começando a ser contada, cento e muitos anos depois, graças a iniciativas de algumas pesquisadoras, que no final do século XX debruçaram-se sobre o assunto.

Daí anote, na memória, alguns nomes: *O Jornal das Senhoras*; *O Bello Sexo*; *A Violeta Fluminense*; *O Sexo Feminino*; *Eco das Damas*; *A Família*; *A Mensageira*, *O Feminista*. E deixe um bom espaço para publicações anteriores a 1850 - como o jornal pernambucano *Espelho das Brasileiras* (1831) e o jornal gaúcho *Belona* que circulou de 1833 a 1834 - que todavia estão sendo resgatadas.

O carioca *O Jornal das Senhoras* foi publicado de 1852 a 1855, teve como editora Joana Paula Manso de Noronha. No primeiro editorial, o jornal se propunha a “trabalhar pelo melhoramento social e pela emancipação moral da mulher”. E afirmava que para a mulher gozar de seus direitos era necessário ter sua educação melhorada - ou seja, não apenas

aprender boas maneiras, piano, bordar e costurar -, e pedia que os homens deixassem de considerar as mulheres “como sua propriedade”. Não era fácil a vida dessas primeiras jornalistas. Por um lado, elas eram ridicularizadas como mulheres metendo-se em ofícios de homens, e por outro lado as colaboradoras, para fugirem de prováveis chacotas, impunham a condição de permanecerem anônimas

Menos de dez anos depois do fim do *O Jornal das Senhoras*, nasce *O Bello Sexo* (1862), editado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, no Rio de Janeiro. Agora as colaboradoras já não exigiam o anonimato, todavia assinavam apenas o primeiro nome.

Em 1873, longe da corte, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz edita *O Sexo Feminino* - bem mais avançado que seus antecessores. O jornal de Senhorinha fala diretamente às mulheres alertando-as sobre seus direitos e trabalhando a auto-estima feminina. O jornal preconizava que as mulheres deveriam se educar e trabalhar para serem independentes. Em 1875, *O Sexo Feminino* é transferido para o Rio de Janeiro, e contam

“Ora pois, uma Senhora a testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será?”

(Joana Paulo Manso de Noronha, editora do *O Jornal das Senhoras*)

que D. Pedro II e a princesa Isabel assinaram o jornal. Após a proclamação da república, em 1889, o jornal passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

A província de São Paulo se fez presente ao lançar *A Família* (1888), editado por Josefina Alvares de Azevedo. O jornal, mais tarde transferido para o Rio de Janeiro, defende o divórcio e se engaja na luta pelo voto feminino. Tente imaginar a ousadia dessas duas reivindicações em 1888, diga-se de passagem, o ano em que a Lei Áurea foi assinada.

É também de São Paulo a revista *A Mensageira*, dirigida pela poetisa Presciliana Duarte de Almeida. Na revista, que durou de 1897 a 1900, escreveram, en-

tre outras, Júlia Lopes de Almeida, Júlia Cortines. *A Mensageira* foi uma expressiva vitrine da literatura escrita por mulheres.

Claro que nessa época não havia pesquisa de opinião, nem discussões em torno do público-alvo. O que podemos afirmar é que essas publicações, e outras não citadas, colocaram pedras na estrada da misoginia e muita minhoca boa na cabeça das nossas bisas e tataravós.

Certamente as mulheres, como os homens, sempre escreveram. Mas diferentemente deles, tornar público seus escritos é muito mais complicado, e torná-las fontes de referências ainda mais.

“Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna. Queremos enfim saber o que fazemos, o porquê e pelo que das coisas. Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.”

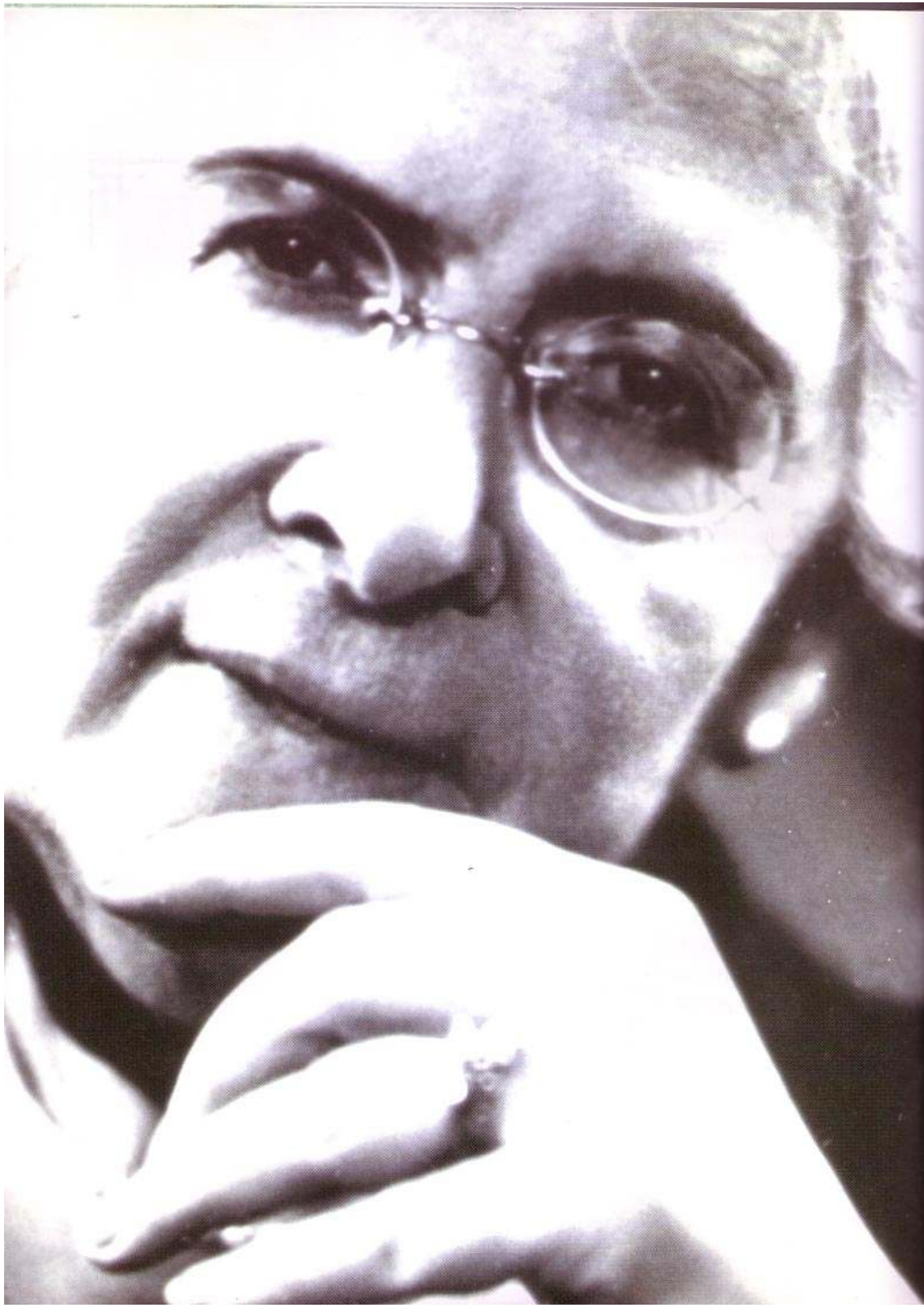
(Francisca Senhorinha da Motta Diniz, editora do O Sexo Feminino)



Presciliana Duarte de Almeida

Você sabia?

Que o primeiro livro (ensaio) escrito por um brasileiro nato é de uma mulher. Teresa Margarida da Silva Orta, autora de *Aventuras de Diófanes*, publicou seu livro, em Portugal, no ano de 1752.



“Pois eu, em moça, fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido (...) Fechava-me no quarto, bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura do papel uma porção de rimas... De repente, um susto. Alguém batia à porta. E eu, com a voz embargada, dando a volta à chave da secretária — já vai, já vai.”

Julia Lopes de Almeida
poetisa

Senhorinha e Josefina Semelhanças e Diferenças

Os primeiros jornais editados e redigidos por mulheres, no Brasil, empenharam-se, basicamente, na bandeira da difusão da educação feminina. Sem dúvida, esta foi a primeira luta política das mulheres letradas brasileiras: pleitear que mais e mais mulheres pudessem ter acesso a educação. Na corte e nas províncias, existiam jornais e revistas feministas voltados para a defesa da causa da elevação cultural das mulheres. No entanto, eram diferentes linguagens e pontos de vista adotados pelas mulheres que fizeram da imprensa o seu principal canal de expressão.

Vamos encontrar distintos estilos de se fazer política, como o da educadora Francisca Senhorinha da Motta Diniz - editora de *O Sexo Feminino*, fundado em 1873, na cidade mineira de Campanha da Princesa. O jornal, já nos primeiros números, anunciava estar a serviço da idéia da educação feminina. A linguagem empregada por Senhorinha era amena e conciliadora e evitava discutir questões políticas do momento, embora a sua iniciativa de criar *O Sexo Feminino* tivesse sido calorosamente acolhida por jovens militantes republicanos da corte, redatores do jornal *A República*, que chegaram a enviar a Senhorinha uma carta saudando o aparecimento de *O Sexo Feminino*.



Mesmo após Francisca Senhorinha ter se mudado, junto com o jornal, para o Rio de Janeiro – onde também fundou um colégio, e travou contato com a intensa vida política da corte - ela manteve-se fiel ao seu estilo ameno de tratar a inserção da mulher na sociedade. Para ela, o engajamento na propaganda republicana não parecia ser uma estratégia adequada aos propósitos de elevar a condição cultural da mulher. Seus escritos revelam ceticismo quanto aos eventuais efeitos positivos da mudança do regime sobre a condição feminina.

Mas no calor dos acontecimentos que envolveram a proclamação da República, Senhorinha deu sinais de ter passado a acreditar na possibilidade de conciliar a campanha pela elevação cultural da mulher com a adesão a movimentos políticos de apelo social mais amplo, pois a partir da edição de 15 de dezembro de 1889, Senhorinha alterou o



Francisca Senhorinha da Motta Diniz era mineira de São João d'El-Rei. Sua mais importante contribuição para a luta das mulheres foi a criação do semanário *O Sexo Feminino* - que trazia informações sobre literatura e amenidades, mas que também tratava de temas polêmicos como a abolição da escravatura, o voto feminino e o movimento feminista em outros países. Ela também é autora do romance *A judia Rachel*, editado em 1886.

nome do seu jornal para *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, marcando uma mudança no tom da mensagem que passou a incluir a defesa do voto feminino.

A trajetória de Senhorinha revela os passos da geração de mulheres que acom-

panhou atentamente as mudanças políticas vividas pelo país. Houve aquelas que simpatizaram com a causa republicana e se engajaram na campanha pela queda da monarquia, e um número maior ainda se engajou em ações concretas em prol da abolição da escravidão. Moças brancas e letradas, do Amazonas ao sul do país, participaram ativamente da campanha abolicionista, enquanto mulheres negras se destacaram na liderança de

quilombos e outras formas de resistência ao cativeiro.

Com a mudança do regime político cresceram as suspeitas entre as mulheres dos setores médios, de que a República não pretendia incorporá-las no rol

Josefina Alvares de Azevedo

nasceu em Itaboraí, interior fluminense. Em 1888, fundou o jornal *A Família* que alcançou muitos leitores e contou com a colaboração de importantes ativistas do movimento feminista da época, que se batiam, sobretudo, pela extensão do direito de voto às mulheres. *A Família* conseguiu a façanha de circular por quase dez anos.

dos cidadãos. Desta forma, as editoras de jornais femininos buscaram chamar atenção para a injustiça do fato das mulheres não serem convidadas para o banquete da República, logo elas que haviam colaborado com tanto empenho pela causa.

Mas nem todas, como Senhorinha, optaram por tratar o momento político com tanto

comedimento. Josefina Alvares de Azevedo foi um exemplo de mulher que viveu intensamente os acontecimentos da campanha republicana e a consolidação institucional do novo regime. Ela fez do seu jornal *A Família*, fundado 1888, um canal para expressar suas inquietudes. Fosse por origens familiares, fosse por uma formação política que a aproximou das lideranças mais radicais do movimento republicano, o fato é que, comparando com a linguagem política adotada por Senhorinha, a sua era mais avançada. O que denota também a pluralidade das expressões do pensamento feminista no período.

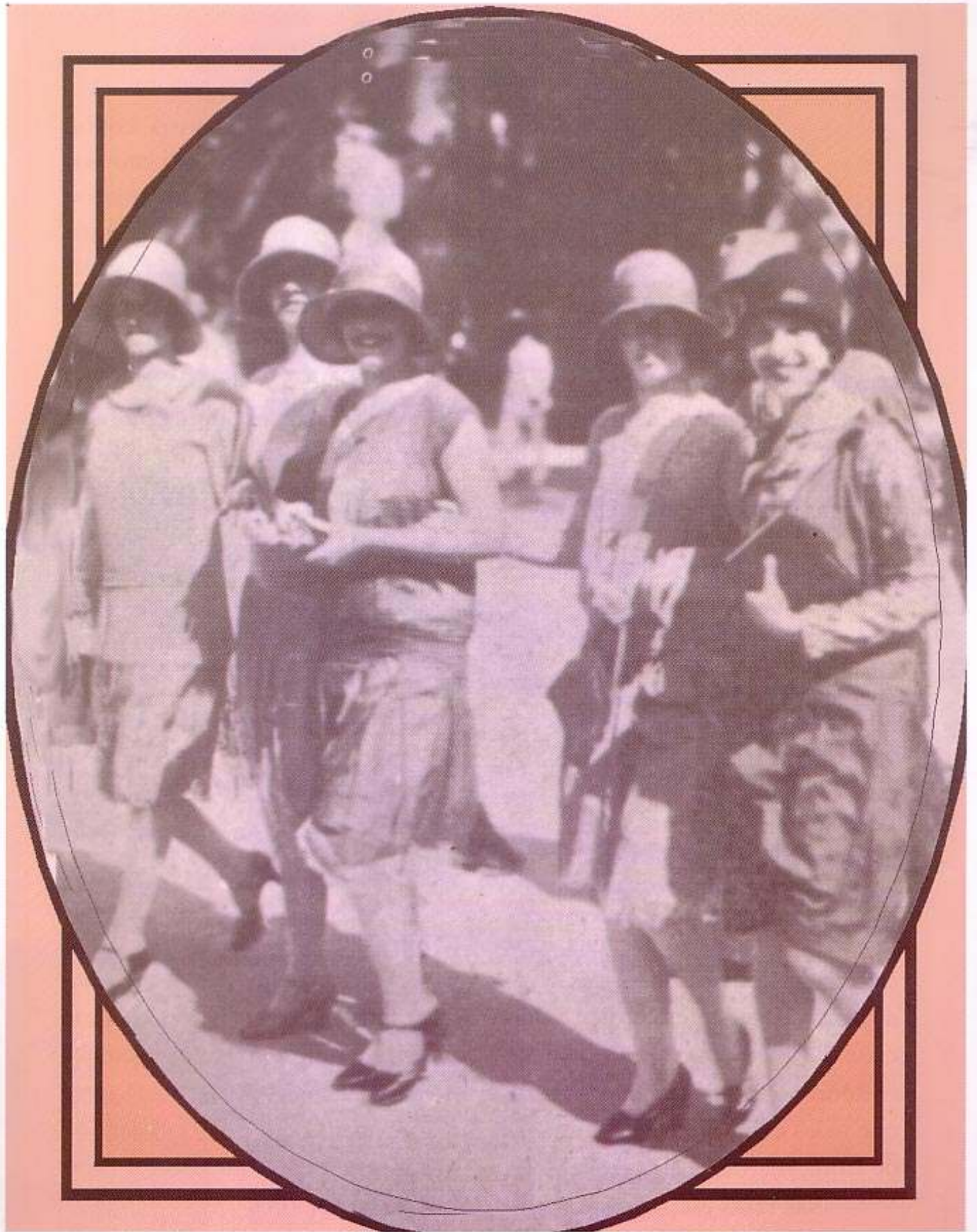
Embora Josefina e Senhorinha concordassem com a importância da disseminação do acesso à educação entre a população feminina, Josefina enxergava na educação mais um instrumento para a conquista de direitos civis plenos, ao passo que Senhorinha considerava a educação como um fim em si mesmo.

Quando tratavam da conjuntura política, Josefina não perdia a oportunidade para se posicionar criticamente em relação às manobras do Governo Provisório, visando reduzir a participação popular na institucionalização do novo regime. Senhorinha, por sua vez, preferia mencionar os avanços alcançados pelas nações civilizadas no terreno dos direitos femininos, apelando à razão dos políticos para a importância de se garantir o direito de sufrágio também às mulheres.

Os jornais e revistas escritos e dirigidos por mulheres, da segunda metade do século XIX, estão aí para serem estudados. Eles permaneceram como um terreno fértil à espera de pesquisadores(as) que se proponham a revisitar o universo e valores do imaginário feminino nos primórdios do feminismo no Brasil. Basta uma vista-d'olhos sobre eles, para percebermos a pluralidade de seus discursos e as sutilezas de suas opções.



JOSEPHINA ALVARES DE AZEVEDO



Educação para o salão e a agulha

Por longo tempo predominou no meio social ibérico, a concepção de que as mulheres seriam inferiores intelectualmente aos homens e que, portanto, de nada adiantaria oferecer-lhes rudimentos de educação.

Não poderia ser diferente a educação para mulheres no Brasil colonial.

Embora haja registros de algumas iniciativas dos jesuítas em prol da educação rudimentar das meninas índias, a verdade é que foram os colégios para meninos que proliferaram, sendo que neles eram ministradas noções de latim, retórica e aritmética.

Nas raras escolas para meni-

nas - geralmente ligadas a conventos - os ensinamentos consistiam nos “trabalhos de agulha”, ou seja, costura e bordado. Também eram ensinadas boas maneiras, como

“sentar-se com as pernas fechadas”, “não olhar o interlocutor diretamente nos olhos”, “manter-se a maior parte do tempo de bico calado” e mui-



ta reza.

A idéia de manter as meninas na ignorância é irmã gêmea da idéia de não alfabetizar as crianças escravas, pois “mulher que sabe latim, não tem marido, nem bom fim”, e “escravos que sabem ler acabam bisbilhotando cartas dos senhores”.

1808 - O panorama começa a mudar

O desembarque da família real - junto com nobres, cortesãos, criados - em terras brasileiras, causou um profundo impacto nos padrões de comportamento vigentes no âmago da classe dominante luso-brasileira, que apressou-se em adotar novidades em matéria de etiqueta.

Logo no ano seguinte à transferência da corte, surgiram os primeiros colégios privados para meninas, embora com ensino restrito às desenvolturas nos salões.

Essa elevação cultural das moças brancas atingiu o seu auge no segundo reinado e teve dois objetivos: o primeiro consistia em preparar as moças para o convívio social e, tempos depois, em prepará-las para o exercício adequado da maternidade.



Uma história exemplar

Tomemos o caso da baronesa de Alagoinhas, Cora Coutinho Sodré, como representativo do 'processo civilizatório' em curso no seio da elite brasileira. Filha de José Lino Coutinho - médico baiano educado em Coimbra, que foi deputado do Brasil junto às cortes portuguesas em 1819, fez carreira política e chegou a ser ministro do Interior.

Pois bem, por influência do pai José Lino, Cora recebeu uma educação primorosa, registrada em 61 cartas escritas por ele e endereçadas a ela e às suas preceptoras, enviadas desde a infância da menina até às vésperas de seu casamento. Essas cartas foram, posteriormente, editadas sob o título de "*Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*".

Por intermédio dessas correspondência, sabe-se, por exemplo, que ao entrar na adolescência, Cora foi iniciada na literatura portuguesa através da leitura dos *Os Lusíadas* de Camões, ao mesmo tempo em que recebia uma formação básica de francês.



Tal iniciativa, justificou o pai em uma das cartas, permitiria à filha escrever com elegância. Tanto apuro na formação intelectual, contudo, não representava um descuido da formação religiosa, pois José Lino cuidou sempre de recomendar às preceptoras que transmitissem à filha sentimentos cristãos e a preparassem para o sagrado exercício da maternidade.

Outro aspecto interessante reside nos comentários tecidos pelo editor do livro, à guisa de introdução. Buscando justificar, de modo cauteloso, os propósitos do pai ao orientar a formação intelectual da filha, o editor afirmou que José Lino insistira em educá-la daquela forma, não para fazer da moça uma intelectual, o que não convinha a moças, mas para que ela pudesse exercer com segurança o papel de mãe, dentro de valores cristãos.

Este recorte é interessante porque nos mostra que, nessa época, em nenhum momento pensou-se em educar a mulher por ser ela um ser humano pleno, sua educação estava atrelada à idéia de que uma mãe “cultu” pode educar melhor seus filhos.

Ao morrer em 1880, o *Diário da Bahia* publicou um obituário que tratou Cora “como mãe e esposa que era um exemplo digno de imitação.”

Quase 200 anos depois

A situação da educação das mulheres mudou muito no Brasil. Dados do Dieese — *Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos* — demonstram que as mulheres apresentam, hoje, maior nível de instrução do que os homens. Mas alerta que isso não se traduz em melhores postos de trabalho e nem em salários mais altos.

Duzentos anos depois, outra injustiça flagrante diz respeito às mulheres negras e às indígenas sobreviventes, que seguem sendo minoria nos segundo e terceiro graus de ensino.

E, em muitos casos, a imagem da instrução feminina segue atrelada à maternidade. Exemplo disso é uma propaganda oficial - veiculada na TV - em que uma mulher pobre diz que quer seguir estudando e seu sonho é fazer o segundo grau, principalmente por causa do filho.



Henriqueta Catharino
Instituto Feminino da Bahia

Do bê-á-bá ao diploma superior a luta das mulheres pela educação

E Em 1827, no dia 15 de outubro, foi transformada em lei a reforma da instrução pública que estabeleceu a criação de escolas elementares, inclusive para meninas, em locais populosos.

Para as escolas das meninas brancas, as professoras seriam escolhidas por 'reconhecida honestidade', submetidas a exame público, e ficariam encarregadas de ensinar as quatro operações e as prendas domésticas. O que segundo os padrões patriarcais estava muito bom, uma vez que os conhecimentos de geometria e de latim de nada serviriam para esses seres de saias.

Portanto, a superficialidade e

Instituto Feminino da Bahia
Formatura das Contadoras - 1929



a frouxidão curricular foram a tônica da educação oferecida às meninas, nas pouquíssimas escolas públicas da Corte e mesmo nas escolas privadas que proliferavam na cidade. Nesse momento, entra em cena a educadora e feminista Nísia Floresta (1809-1885), sendo uma das vozes que mais se in-



dignaram com a baixa qualidade da instrução feminina.

No colégio de educação feminina, aberto por Nísia, foi instituído o ensino em profundidade da língua portuguesa e de línguas estrangeiras, além de ciências. Era uma ousadia frente aos currículos das demais escolas femininas da Corte, que

recaíam sobre a feitura de trabalhos manuais, noções de francês, rudimentos de música e declamação de poesias.



Instituto Feminino da Bahia
Turma de Contadoras - 1929

Algo no ar além do bordado e do salão

No entanto, mesmo limitada, a educação feminina criou raízes na elite brasileira em meados do século XIX, embora circunscrevendo a mulher aos espaços de socialização



Casa São Vicente de Paulo - Bahia
1ª Turma da Escola de Datilografia - 1925

SEMPRE A MULHER!...

SEM DUVIDA ALGUMA NA MULHER, A
PAR DE UMA EXCELLENTE EDUCAÇÃO,
DEVE HAVER UMA EPIDERMES Sã.

Este predado obtém-se fazendo uso do

CREME DE CERA FRANK LLOYD

Preço 7\$000

A venda em todo o
Brasil



Revista *Careta* - 1926

consentidos, ou seja, o lar e o salão.

Já a difusão da educação feminina para o conjunto mais amplo da sociedade, deu-se simultaneamente ao surgimento dos setores médios, que emergiram na esteira das transformações da economia e da administração pública. O crescimento da renda nacional, proporcionado pelo sucesso da exportação do café, deu ensejo ao surgimento de uma população urbana ocupada com funções nas burocracias pública e privada, bem como na prestação de serviços.

Ora, o setor médio, uma vez consolidado, elaborou um modo de viver próprio e, simultaneamente, passou a emanar discursos simbólicos peculiares. Contudo, no que tangue à educação e desenvolvimento

das mulheres, não coube ao setor médio brasileiro adotar práticas culturais inovadoras, comparadas à elite da burguesia emergente, que

buscou educar suas filhas para que elas pudessem demonstrar, no espaço apropriado do salão, o domínio da etiqueta do convívio social.

A primeira carreira feminina

No Brasil, em 1830, nenhuma escola Normal permitia o ingresso de mulheres. A *Escola Normal de Niterói*, a primeira criada no país, no ano de 1835, não previu em seus estatutos a admissão de alunas.

A onda de liberalização do ingresso de moças nos cursos normais, surgiu apenas nas décadas de 1870 e 1880. Pois no segundo quartel do século XIX, a sociedade brasileira apresentava sinais de ter amadurecido a questão da instrução, oferecendo canais de acesso à educação média e conferindo às mulheres uma importância crescente no magistério.

Com o franqueamento das escolas Normais às moças, surge a primeira carreira profissional, con-

siderada pelos homens, adequada aos atributos ‘naturais’ femininos, como a capacidade inata para lidar com crianças.



Para a criação do consenso social em torno do papel das mulheres no ensino primário contribuíram, em grande medida, as ativistas pelos direitos da mulher que, notadamente na imprensa feminina, fizeram uma verdadeira cruzada. Também

devemos lembrar a difusão do Positivismo, que foi a primeira doutrina de amplo alcance cultural na sociedade brasileira, na qual propugnava-se um papel afirmativo da mulher como agente social.

A geração influenciada por essa doutrina, considerou o costume de se excluir as mulheres das letras como um sinal do atraso social,

indesejável e incompatível com o projeto de se inserir o país no rol das nações civilizadas do Ocidente, embora esses seguidores achassem

que as mulheres educadas deveriam permanecer circunscritas ao lar, admitindo no máximo o exercício de ofícios próprios da “natureza feminina”.

Mulheres no ensino superior, não!

A relativa facilidade de acesso das mulheres de classe média à educação na virada do século XX, não significou a supressão total das barreiras de acesso a todos os níveis de ensino. São numerosos os casos de mulheres que se encontravam aptas a freqüentar um curso superior no Brasil e deram com os muros fechados às suas pretensões.

No curso superior de medicina, coube a Maria Augusta Generoso Estrella (1861-1946) o papel de precursora brasileira, pois, em 1879, ao encontrar as portas da faculdade

fechada, acabou exilando-se nos Estados Unidos para se formar. Esse episódio provocou uma intensa polêmica no meio social brasileiro.

Coube ao movimento feminista e ao idealismo das precursoras lutar muito pelo acesso feminino ao terceiro grau.

Graças a esses esforços, o governo brasileiro, em 1887, se rende e abre as portas do ensino superior às mulheres.

Fizeram de tudo para dificultar

Mesmo com os cursos superiores abertos às mulheres, somente uma minoria conseguia alcançá-los. Em parte, o problema se dava porque os melhores colégios públicos só aceitavam pessoas do sexo masculino.

Maria Augusta Generoso Estrella



A primeira médica formada no Brasil

A gaúcha **Rita Lobato Velho Lopes** (1861-1954) decidiu estudar medicina três anos depois que um decreto imperial permitiu o acesso das mulheres aos cursos superiores. Rita ingressou em 1885, na Escola de Medicina da Bahia. Formou-se, com distinção, no dia 10 de dezembro de 1887, defendendo a tese "O paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana".

Nesse mesmo ano, Rita voltou para o Rio Grande do Sul e no ano seguinte começou a clinicar. Em 1925, aos cinquenta e nove anos, encerrou suas atividades como médica. Resolveu dedicar-se à política, elegendo-se vereadora da cidade Rio Pardo, aos 70 anos.

Você sabia?

O Banco do Brasil, fundado em 1808, só permitiu que as mulheres participassem dos concursos de admissão no ano de 1969, isto é, 101 anos depois!

Hoje, as mulheres são 35% do total de seus funcionários.



Nísia Floresta uma brasileira augusta



Nísia Floresta Brasileira Augusta nasceu Dionísia Gonçalves Pinto em 1810, no sítio Floresta, em Papari, Rio Grande do Norte.

E quem foi essa mulher? Bem, para darmos conta de sua vida e sua obra teríamos que gastar páginas e páginas da *Abrealas*. No entanto, vamos tentar em um pouco mais de trinta linhas sobrevoar a incrível trajetória dessa pioneira do feminismo no Brasil.

Aos vinte anos, Nísia já publicava artigos no jornal pernambucano “*Espelho das Brasileiras*”, abordando a condição feminina e defendendo a sua emancipação. E por toda a sua vida seguiu colaborando na imprensa - sempre associando o crescimento da mulher ao seu acesso à educação.

Em matéria de livros, ela estreou em 1832, com uma tradução livre do *Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft (*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*). A publicação causou polêmica e deu à tradutora, o título incontestável de precursora dos ideais de igualdade e independência da mulher brasileira. Nísia escreveu uma dezena de outros livros, entre ensaios e romances.

É também digno de muitas notas o seu papel como educadora. Nísia também foi uma vanguardista nessa área. Quando todas as escolas da Corte preconizavam um ensino pífio para meninas e moças, ela funda em 1838, o *Colégio Augusto*. No seus dezessete anos de existência, o colégio ofereceu um ensino para meninas que combinava a aprendizagem dos trabalhos manuais com sólidos conhecimentos das línguas e das ciências.

No tocante à plena capacidade intelectual das mulheres, Nísia jamais fez qualquer concessão. Para ela, uma mulher educar-se não era luxo, nem extravagância. Era puro direito!

Nísia Floresta também foi uma mulher cosmopolita, morando em várias cidades européias, tornou-se inclusive amiga de Augusto Comte — o papa do Positivismo.

Esta mulher que teve filhos e os criou, na maior parte do tempo, sozinha; esta mulher que escreveu a favor de seu sexo; esta mulher que fez da educação um valor de cidadania; esta mulher merece ser revisitada pelas mulheres e pelos homens do ano 2000.

Nísia Floresta morreu na França, aos 75 anos. Sua cidade natal, Papari, hoje leva orgulhosamente o seu nome.

Elas querem ser cidadãs

*E*ntão as mulheres brasileiras querem votar? E mais, querem o direito de serem votadas?

Ora, será que elas desconhecem que nem na mais famosa das democracias, a da Grécia, as mulheres tinham direito ao voto. A razão é simples: as mulheres, como os escravos e as crianças, não eram cidadãs!

Será que essas brasileiras acreditam que em um país como o nosso, o voto possa ser estendido a elas?

No entanto, é isto que elas querem!

Leolinda Daltro, Bertha Lutz, Carmen Portinho e tantas outras alegam que a Constituição de 1891 não as excluem do direito ao

Augusto Malta



voto. A Carta Magna diz que anal-fabetos, mendigos, soldados e reli-giosos não podem votar. Ou seja, não fala nas mulheres.

Lançando mão do argumento de que as mulheres não são nomi-nalmente citadas, as feministas ten-tam conseguir que juízes concedam o direito ao voto. Elas alegam que a Constituição fala em brasileiros e que o plural masculino abrange o feminino.

E mais, basta ter uma dis-cussão no Senado ou na Câ-mara, acerca de projetos fa-voráveis ao voto feminino, que lá estão elas fazendo alar-de de seus direitos de cida-dãs, e conquistando adeptos.

E mandam *press releases* para a imprensa, cor-rem no encalço de jornalistas para que eles abram espaços nas suas páginas. O objetivo é claro: ganhar a simpa-tia da popu-lação.

Chega-ram até a subir

em aviões, panfle-tando, dos ares, a capital da República! A tática pare-ce ser a de tirar o sono de todo mun-do, e martelar na cabeça das pesso-as a causa das mulheres pela cida-dania.

Hoje, elas querem o voto, e amanhã? Vão querer as prefeituras, os governos de estado, a presidên-cia do Brasil?

Veja o que aconteceu no Rio Grande do Norte, bastou uma mu-lher conseguir autoriza-ção do juiz para votar, e uma legião fez a mesma reivindicação. Elas di-zem: se as mulheres do Rio Grande do Norte votaram, nós também queremos e podemos!



Carmem Portinho

“O que será que as mulheres vão querer depois de tudo isso?”

Feminino organizaram, que o Código Eleitoral de 1932 estendeu o direito do voto às mulheres.

Agora elas podem ir às urnas e escolher nossos representantes. E quem sabe até serem elas as nossas representantes.

O que será que as mulheres vão querer depois de tudo isso?

Primeira eleitora
Prof. Celina Guimarães Viana
Mossoró - Rio Grande do Norte

Essas sufragistas nacionais afirmam que as mulheres são iguais aos homens em inteligência, portanto devem ter as mesmas oportunidades. Reclamam que pagam impostos e andam dentro da lei e portanto devem ter o direito de votar e serem votadas.

E desde a proclamação da República, tanto barulho fizeram, escreveram, falaram, até um Congresso



Voto feminino no continente americano:

1918	Canadá	1949	Chile
1920	Estados Unidos		Costa Rica
1929	Equador	1950	Haiti
1932	Brasil		Barbados
	Uruguai	1951	Antigua
1934	Cuba		Bermuda
1939	El Salvador (parcial)		Granada
1942	República Dominicana	1952	Bolívia
1944	Jamaica	1953	México
1945	Panamá	1955	Peru
	Jamaica (parcial)		Honduras
1946	Trinidad e Tobago		Nicarágua
1947	Argentina	1957	Colômbia
	Venezuela	1961	Paraguai
1948	Suriname	1962	Bermuda

Anésia Pinheiro
Primeira aviadora
brasileira



*Fragmentos teatrais
pelo voto feminino*

Josefina Alvares de Azevedo nasceu em 1851 em Itaboraí, litoral fluminense. Foi feminista, jornalista, jornalista, diretora do jornal *A Família* (1888) e uma das primeiras a lutar pelo sufrágio feminino. Entre sua produção intensa consta a peça *O VOTO FEMININO*



que chega, hoje, para nós apenas em fragmentos. Mas lá vai, para as leitoras e leitores da *Abrealas* um saboroso trecho.



*A cena se passa na sala de estar,
e entre Ignez e seu marido Anastácio.*

Anastácio: Está visto. Ah! Mulheres!...Mulheres!...

Ignez: Já não estamos no tempo da mulher objeto da casa, escrava das impertinências masculinas.

Anastácio: Ora ligas, Sra. Ignez!

Ignez: Estamos no fim do século XIX. (...) cada criatura é um ser igualmente (...) lutas da vida, ouviu?

Anastácio: Tá, tá, tá, tá. Ora ligas! Qual lutas da vida! Qual livre arbítrio! Qual século XIX! Qual nada! A mulher foi feita para os arranjos da casa e nada mais!

Ignez: Ah! não quer que nós tenhamos direito?!

Anastácio: Não, de certo. O que será da nossa filha?

Ignez: Que bonito futuro está reservado a nossa filha.

Anastácio: Se for uma boa mãe de família...

Ignez: Há de ser; e também umas das primeiras mulheres a votar.

Anastácio: Que diz?

Ignez: Se passar a lei.

Anastácio: O Senhora, eu já lhe disse que não meta a mulher na política!

Ignez: Que? Não metei a mulher na política! Oh! Sr. Anastácio, a mulher não é porventura um ser humano, perfeitamente igual ao homem?

Qual o seu nome?

Pense em uma guerreira feminista.

Agora saiba que ela nasceu em 1894, formou-se em biologia na Europa. Ao regressar ao Brasil, prestou concurso para o cargo de bióloga no Museu Nacional do Rio de Janeiro, sendo a segunda brasileira a ingressar no serviço público.

Anote que ela escrevia com desenvoltura de estilo e conteúdo. Anote que ela não perdia a menor oportunidade para passar o seu recado simples e vigoroso: o de que as mulheres tinham que ter direitos iguais aos dos homens.



Coloque na nota de rodapé que ela teve muitos opositores e soube enfrentá-los com argumentos magnífi-

cos. Também coloque que ela conquistou muitos amigos e amigas pela vida



afora. Ela fundou uma poderosa federação de mulheres. Juntou, em torno da causa feminina, dezenas de outras brilhantes cabeças de cabelos compridos.

Recorde-se que, por muito tempo, as brasileiras não puderam votar. Recorde-se que para conseguir o sufrágio feminino, muitas mulheres lutaram, inclusive antes dela. Mas foi ela quem usou muitas manhãs e muitas manhas para que eu e você, hoje, tenhamos garantido o direito de votar e sermos votadas.

Pelo direito ao voto, ela articulou de norte a sul. Fez alianças, campanhas, artigos, congressos, seminários, debates. Até a vitória

Foi ela quem usou muitas manbãs e muitas manbas para que eu e você, hoje, tenhamos garantido o direito de votar e sermos votadas”.

final, em 1932.

Não esqueça, ela não dormiu sobre os louros, seguiu na luta. Candidatou-se à Assembléia Constituinte, perdeu. Candidatou-se à Câmara Federal, perdeu, mas alcançou a primeira suplência. Com a morte do titular, ela assumiu e legislou o mais que pôde pelas mulheres. Ela nem sempre ganhou, mas a vida inteira lutou.

Mais tarde, mesmo fora da política, ela nunca deixou de dizer e de provar que as mulheres mereciam a plena cidadania. Ela recebeu vários prêmios. Representou o Brasil em diversos eventos internacionais referentes à mulher.

E por último, esteve presente no I *Congresso Internacional da Mulher das Nações Unidas* — ocorrido no México em 1975. Esse *Congresso* referendou o 8 de Março como o *Dia Internacional da Mulher*. Um ano depois, ela morreu aos 82 anos.

O nome dela é Bertha Lutz.

Bertha Lutz assina ata final da 13ª Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres (18/6/59, Washington D.C.)





Presidente do Rio Grande do Norte
assegura às líderes do movimento
sufragista o direito ao voto - 1928



Liga Eleitoral Feminina



2º Congresso Internacional Feminista
Rio de Janeiro



Federação Brasileira pelo
Progresso Feminino - 1939

Qualquer maneira de organizar-se vale a pena

Apesar das limitações impostas às mulheres - traduzida principalmente em aprisioná-las no espaço da casa, com regras rígidas quanto às suas aparições públicas. Apesar da baixa escolaridade e das escassas oportunidades de desenvolvimento franqueadas às mulheres, o fato é que muitas delas conseguiram a proeza de criar organizações em prol de si mesmas e dos excluídos em geral.

Do norte e nordeste do país vêm os primeiros exemplos de organizações de mulheres, ambas no século XIX e voltadas para a causa abolicionista. Nasceu no Ceará, em 1882, a *Sociedade das Senhoras Libertadoras ou Cearenses Libertadoras*, sob a presidência de Maria Tomásia Figueira, que junto com Maria Correia do Amaral e Elvira Pinho, agitaram Fortaleza e percorreram o interior, fundando associações, promovendo atos em prol da abolição. Finalmente em 1884 a Assembléia Legislativa provincial aboliu a escravatura no Ceará.

A outra associação foi criada em 1884, na cidade de Manaus, com o sugestivo nome de *Amazonenses Libertadoras*. Fundada por Elisa de Faria Souto, Olimpia Fonseca, Filomena Amorim, entre outras - todas brancas e representantes da elite local. Não obstante, se propunham, por meio das *Amazonenses Libertadoras*, a promover a emancipação de todos os escravos existentes no solo amazonense, o que acabou acontecendo em 30 de março de 1887 (um ano antes da Lei Áurea).

Também digna de nota, e cheia de surpresa, foi a criação em 1906, no Rio de Janeiro, da *Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita*, que reunia prostitutas de origem judaica. Durante mais de oitenta anos, estas mulheres de procedência européia administraram a Associação, que tinha por finalidade prestar assistência social — uma vez que essas pessoas eram desconsideradas pelo Estado e discriminadas pela comunidade judaica. Chegaram a fundar uma sinagoga. Entre suas diretoras, destacaram-se Matilde Hüberger, Emmy Zusman e Amália Schkolnik.



Em 1910, portanto 21 depois da proclamação da República, Leolinda Daltro e outras feministas, entre elas a escritora Gilka Machado, fundaram na então capital federal, o *Partido Republicano*

Feminino, cujo objetivo era “promover a cooperação entre as mulheres na defesa de causas que fomentassem o progresso do país”. O grande mote do Partido, como não poderia deixar de ser, era a luta pelo sufrágio feminino – traço de ironia e uma boa dose de afronta à ordem constituída - uma vez que as mulheres não podiam votar nem ser votadas.

Este grupo de feministas adotou uma linguagem política da exposição pessoal à crítica da sociedade, realizando manifestações públicas que jamais foram tratadas com indiferença pela imprensa e seus leitores. O *Partido Republicano Feminino* teve como mérito inegável trazer para o debate público, o pleito das mulheres pela ampla cidadania.

A agitação social de 1917, advinda das greves operárias, do movimento anarquista, do fim da primeira guerra e, também, a melhor escolaridade de mulheres da elite, trouxeram à tona uma outra geração de feministas.

No ano de 1920, surgiram vários grupos de mulheres intitulados *Ligas para o Progresso Feminino*, embrião da poderosa *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Fundada, em 1922, e dirigida por Bertha Lutz, a *Federação* teve papel fundamental na conquista do sufrágio feminino e, por extensão, na luta pelos direitos políticos das mulheres. A *Federação* também se destacou como a organização feminista que conseguiu a maior inserção nas esferas do poder. Durante sua

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
Recreio dos Bandeirantes - 1930





Carmem Portinho
e Bertha Lutz

existência, as militantes da *Federação* fizeram de tudo um pouco; escreveram na imprensa, organizaram congressos feministas, articularam com políticos, lançaram candidaturas, panfletaram de aviões, representaram o Brasil no exterior, legislaram.

Ao mesmo tempo, fora dos círculos do poder, havia um número importante de mulheres ativistas ligadas a outras ideologias e tradições. Maria Lacerda de Moura, por exemplo, tornou-se uma escritora polêmica que questionava os padrões comportamentais impostos às mulheres, e por meio

“Por esse país imenso, muitas mulheres pintaram, bordaram, e usaram formas de organizar-se”

de seus livros pregava o amor livre e negava ser a maternidade um destino inevitável.

Do lado dos comunistas, Laura Brandão e Maria Lopes integravam o *Comitê das Mulheres Trabalhadoras*, faziam propaganda em porta de fábrica e tentavam trazer o operariado feminino para junto do partido.

A sufragista gaúcha Natércia da Silveira, uma dissidente da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, fundou em 1931 a *Aliança Nacional de Mulheres*, que prestava assistência jurídica às mulheres. A *Aliança* chegou a ter três mil filiadas. Foi fechada pelo golpe de 1937 — que aboliu as liberdades democráticas e abortou as organizações políticas e sociais do país.

Que não se iludam as leitoras e leitores, essas organizações são apenas alguns exemplos. Por esse país imenso, muitas mulheres — infelizmente anônimas para a história oficial — pintaram, bordaram e ousaram formas de organizar-se. E, de um jeito ou de outro, deram o seu recado.

Toda mulher deve:

1. Exercer seus direitos políticos e cumprir seus deveres cívicos.
2. Interessar-se pelas questões públicas do país.
3. Ter ocupação útil à sociedade.
4. Alistar-se e votar.
5. Votar conscientemente e criteriosamente.
6. Não entregar seu título eleitoral.
7. Dedicar-se à causa feminista, crente no triunfo dos seus ideais.
8. Votar somente em quem for feminista.
9. Bater-se pela conquista e pleno exercício de seus direitos sociais e políticos.
10. Trabalhar pelo aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher.

Decálogo Feminista
(1934) - escrito pela
Federação Brasileira
pelo Progresso Feminino



O FEMINISTA

Revista de Propaganda da Emancipação da Mulher



Senhoras,
É a vós e aos vossos
direitos que se dedica
O FEMINISTA. N'elle
encontrareis um defensor,
um protector para as vossas
idéas altanciras de
**EDUCAÇÃO E
TRABALHO.**

O homem... as delicias... vantamento da Sublime Idéa de... **BALHO** que se expande n'uma... rancia de sol sobre uma paisagem... toda a fresco.

Elojar a mulher á sua verdadeira posição na Sociedade é o nosso *habeas corpus*.

Trabalhar pelo engrandecimento da Mulher brasileira é uma idéa que todo o brasileiro deve abraçar.

No nosso meio não faltam inteligentes cabeças.

Mas que pena! todas, quasi, entregues ao abandono da Indifferença que cresta, que anniquilla!

E se assim não fosse! que excellentes artistas teriamos hoje entre as senhoritas de Alagoas!

Maldito preconceito social! que enbota os talentos e amordaça as vozes!

A mulher não nasceu somente para amar e soffrer.

Não direi como os francezes: "*soit de femme, soit de fer.*" Não!

A mão da mulher prima pela delicadeza que ella sabe imprimir em tudo o que é obra sua.

A victoria da mulher é mais certa nos emprehendimentos, porque ella, como nenhum homem, sabe sentir o plano da pelega. É mais docil e menos ambiciosa. Portanto, mais apta para conquistar.

Um homem só se julga reconpellido pelos seus feitos quando ouve o clarim retumbante da Fama annunciar o seu nome, ou, quando lhe enaltecem o peito as douradas condecorações.

A mulher, pelo contrario, — dessem-lhe um sorriso e algumas flores e ella não exigiria mais.

O seu coração propende para o bem-estar de todos, sobram-lhe dedicação, zelo e aptidões.

A mulher que ama, dedica-se ao objecto de sua adoração, praticando todos os sacrificios afim de attenuar-lhe os disabores; trabalha pela familia, gusta a sua nocidade, a sua força, a sua belleza, tudo consomme para que o esposo e os filhos *brithes* na Sociedade.

É esta a sua missão! E, entretanto, seus trabalhos, seus esforços, seus sacrificios emfim, desvanecem-se es-

quecidos e mudos como os da praça de prot no campo da batalha.

Ao morrer, morre tambem seu nome para a Patria! Apaga-se com o epitaphio das lousas!

É preciso trabalhar, minhas illustres patriotas, para que a epocha do renascimento chegue tambem para nós.

"A mulher é capaz de tanta coragem e abnegação como o homem."

E véde essa mulher que nos apresenta Santes acompanhando o noivo para a guerra, vestida com um traje nupcialino, conservando-se a seu lado preferindo affrontar a morte a separar-se do corpo amado!

Miss Stanley fundando na Turquia um hospital para os soldados e sendo propria a enfermeira, pensando em suas doentes, fazendo cobelhões, lavando e dedicando-se a beneficiar as "filhas dos soldados".

Quanto a estes exemplos de coragem e abnegação, talvez, não fuisse tanto.

Porém, talvez, que seja o coração de toda mulher o excede sempre.

Parcei... foi creada para guardar a guarda do Divino: "Amor vos fez outros."

A Natureza nada negou á Mulher. Portanto, trabalhai, minhas illustres patriotas, pela Educação e pela intelligencia.

Não vos faltam aptidões, não vos falta talento.

Cultivai com esmero o vosso espirito e então, esse: rastos nitidamente sympathicos em vez de resplandecerem somente em a elegancia dos tocados, terão uma dupla coroa: a da Belleza e a do Genio, que é mais attractivo e valioso.

TRABALHAI!



Liga contra a Tuberculose

AO GOVERNO e as Senhoras Alagoanas

Não temos n'estas linhas o rendilhado caprichoso nem o alto relevo das obras d'arte; não se procuram aqui as elegantes palmas de acantho e trevo, nem os reflexos feivos dos marmores da Numidia, que o nosso fim é outro.

Rasgando no alto d'esta columna a inscripção que lhe serve de titulo, temos em mira, no appello que fazemos ao governo e as distinctas senhoras alagoanas, a creação n'esta capital de uma — Liga contra a tuberculose.

Todos sabem o desenvolvimento espantoso, extraordinario, que tem tomado esta terrivel molestia.

Verdadeiro flagello ella vai, n'um silencio lugubre, atormentador e pertinax conspirando contra a existencia dos povos, sua prosperidade e bem estar, alargando per todos os paizes os seus tentaculos de polvo, creifando milhares de individuos.

A mortalidade ocasionada pela tuberculose sobe a um numero consideravel na Inglaterra, Alemanha, Italia, Belgica e França principalmente, onde o numero de obitos eleva-se a 150,000 e onde annualmente ella causa maior estrago do que qualquer epidemia de peste ou de cholera, segundo faz sentir Brouardel. (1)

Em todos os mais Estados a proporção é mais ou menos a mesma. No Brazil o numero de victimas é tal que já lhe valeu do estrangeiro o triste epitheto de patria da tísica pulmonar!

Não phantasiemos. Abi estão as abulizadas opiniões de Lancereaux que diz: "Quanto ao Brazil é este, por assim dizer, a terra classica da tísica pulmonar; é em todo caso uma das regiões do globo onde ella faz maiores estragos", e do Dr. Gonçalo Moniz, aquem pedimos emprestadas estas: "Infelizmente se pode affirmar, sem medo de errar, creio, que n'esta sinistra portia das nações, o Brazil marcha na vanguarda."

De sorte que no Brazil é a tuberculose uma das molestias que maior numero de victimas consome!

A sua fouce do segadora sinistra jamais deixa de paçar: vai do norte a sul, n'uma fauna de tudo acabar, de tudo destruir, anniquilando vidas, cofitando existencias preciosas, amortalhando familias e corações.

Passam os annos e passam as estações, novas madrugadas claras e novos dias risonhos flamejantes de sol succedem-se n'um perpassar continuo e durante todo esse tempo ella, a harpia cruel, vai surratamente ganhando terreno, produzindo victimas. Assalta os lares, penetra os organismos, corrompe-os, destroe-os com a sua *terribis virulenta*, imposta o ar e planta a desolação e a dôr por toda parte.

A necessidade urgente de oppor um dique a semelhante devastação (uma vez que a tuberculose é perfeitamente *curavel* como affirma a sciencia medica) fez com que os povos emprehendessem verdadeiras campanhas contra ella, com exito mais ou menos apreciavel.

Mesmo no Brazil, onde a prevenção vem sempre tarde, têm-se organizado, na maioria dos Estados, — Ligas contra a tuberculose, sociedades cujo fim humanitario é dar combate sem tregua a esse morbo d'fuso e terrivel.

Nós aqui em Alagoas infelizmente ainda não fizemos nada, quando é fóra de duvida que a tísica pulmonar lavra surdamente entre nós com alguma intensidade.

Assistimos quasi que diariamente, de braços cruzados, com o pranto nos olhos ou tomados de uma resignação impotente a queda dos nossos irmãos, dos nossos filhos, quando não é das nossas esposas queridas, dos nossos bons amigos.

E isto sem fallar dos que morrem

(1) Dr. Gonçalo Moniz - Conferencia realisada na Bahia em 14 de Outubro de 1900.

Linha do Tempo

Érico Vital Brazil Carmem Alveal

1800		A estimativa da população brasileira é de 4.000.000 de habitantes.
1807		Napoleão declara deposta a Casa de Bragança e manda invadir Portugal.
	29 de novembro	A Família Real Portuguesa deixa Lisboa rumo ao Brasil.
1808	22 de janeiro	Chegada da Família Real Portuguesa à Bahia.
	28 de janeiro	Abertura dos portos ao comércio das nações amigas.
	7 de março	Chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro.
1813		Maria do Carmo da Silva e Gama anuncia na imprensa o seu estabelecimento de ensino inteiramente voltado para a educação feminina, no Rio de Janeiro.
1815	16 de dezembro	Brasil é elevado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves e assim Carlota Joaquina torna-se Princesa do Brasil
1817	20 de maio	Eclode a Revolução Pernambucana, que atinge outros estados nordestinos, e que tem, no Ceará, a participação de Ana de Alencar Araripe e Bárbara Pereira de Alencar e, em Alagoas, Ana Lins.
		D. Maria Leopoldina casa-se com D. Pedro I.
1820		Revolta da Serra do Rodeador com a participação de várias mulheres, entre as quais, Feliciano Maria da Conceição, Francisca Maria de Santa Ana, Isabel Maria e Manoela Maria.
1821		D. João VI volta a Portugal, D. Pedro I fica como príncipe regente no Brasil.
	1º de outubro	Lisboa ordena a volta de D. Pedro I a Portugal, que se recusa.
1822	7 de setembro	Independência do Brasil e em conseqüência, Maria Leopoldina torna-se a primeira Imperatriz do Brasil.
		Maria Quitéria luta na Bahia nas guerras pela independência.
1823	20 de fevereiro	Morre Joana Angélica, a Mártir da Independência, assassinada por um soldado português nas lutas pela independência em Salvador.
1824		Revolução em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, conhecido como Confederação do Equador.
1825		Ana Jansen, após a morte de seu 2º marido, assume o comando de um império tornando-se latifundiária e uma das maiores produtoras do Maranhão, assumindo o controle político da região e passando a ser conhecida como a Rainha do Maranhão.

1827		Surge a primeira legislação relativa à educação, admitindo algumas somente para as escolas elementares.
1829/30		É fundado, na Bahia, por Ia Nassô, Ia Cala e Ia Adefa, o primeiro terreiro de candomblé de origem nagô a funcionar regularmente no Brasil.
1831		D. Pedro I abdica do trono. O Brasil é governado por juntas provisórias já que D. Pedro II tinha apenas 5 anos.
1832		A portiguar Nísia Floresta publica 'Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens', em Pernambuco.
1833		Estrela Sezefrida estreia na Companhia de Teatro de João Caetano.
1835		Eclodem várias revoltas no período regencial: Guerra dos Cabanos (Para); Guerra dos Farrapos (Revolução Farrroupilha), da qual teve participação Anita Garibaldi. Tia Ana lidera uma revolta de escravos em Serra do Ipiaba, interior do Ceará, que leva à fuga de todos os cativos. A cidade de Salvador é sacudida pela revolta dos Malês, na qual a negra Luíza Mahin teve grande participação.
1837/38		Explode outra revolta regencial: a Sabinada na Bahia
1838		Nísia Floresta funda o colégio Augusto, no Rio de Janeiro, propondo uma reformulação na educação feminina.
1838/41		Explode outra revolta regencial: a Balaiada no Maranhão.
1840	23 de julho	Declarada a maioria de D. Pedro II, que assume o governo do país. Teresa Cristina torna-se a 3ª imperatriz do Brasil.
1842		Josefa Carneiro de Mendonça, fazendeira mineira, é presa em Barbacena por ter participado do movimento anti-absolutista em Araxá.
1844		Estrela da cantora de ópera Augusta Candiani, com 23 anos, no Teatro São Pedro de Alcantara. Marta Alonso Veado Alvares de Castro Abrantes funda em São Luiz (MA) o Colégio Nossa Senhora da Glória, primeira escola feminina da província do Maranhão.
1845		Ana Eurídice Eufrosina de Barrandas publica, após conseguir seu divórcio, o livro "O Ramalhete".
1848		Eclode a Revolução Praieira, em Pernambuco, na qual Ana Aurora de Jesus Medeiros toma parte.

1850		Beatriz Francisca de Assis Brandão é recusada como sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, alegando que sua obra tinha caráter literário.
	4 de setembro	Promulgada a Lei Euzébio de Queiróz, proibindo o tráfico de escravos.
1852		Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro, é a primeira mulher a editar um jornal, o 'Jornal das Senhoras', do qual foi colaboradora a baiana Violante Atalipa Ximenes Bivar e Velasco, considerada a brasileira pioneira no jornalismo.
1854		Nasce Mãe Luiza que se tornaria a mais importante parceira do Amapá.
1859		Maria Firmina dos Reis, mestiça maranhense, lança o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil: Úrsula.
1862		Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar funda, no Rio de Janeiro, o periódico Belo Sexo.
1865/70		Início da Guerra do Paraguai. Várias brasileiras como Ana Neri, Felisbina Rosa, Ricarda de Almeida Brito e Jovita Alves Feitosa que cuidam dos feridos como também Maria Curupaiti e Florisbela que vão para o campo de lutas.
1868		Toma força o movimento messiânico, no sul, conhecido como Revolta dos Muckers, liderado por Jacobina Maurer. Luciana Abreu é a primeira mulher a defender em público, na Tribuna da Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre, o direito das mulheres à emancipação.
1871/73	7/5/71-1/3/73	Período que a Princesa Isabel assume a regência do país.
1871	28 de setembro	A Princesa Isabel promulga a Lei do Ventre Livre.
		A parteira Maria Josephina Matilde Durocher é admitida, por seu profundo conhecimento prático em obstetrícia, como titular na Academia Nacional de Medicina. Narcisa Amália lança seu único livro, 'Nebulosas'.
1872		O censo oficial aponta a população brasileira em 9.930.478 habitantes.
1873		Francisca Senhorinha da Motta Diniz edita, em Campanha (MG), o jornal 'O Sexo Feminino'.
1874		Jacobina Maurer é assassinada. A paulista Veridiana Valéria da Silva Prado, senhora do café, escandaliza a alta sociedade paulistana ao separar-se do marido.

1875		Ana Floriano lidera em Mossoró (RN) um motim contra a convocação compulsória de soldados para as Forças Armadas.
1876/77	26/3/76-27/9/77	Novamente a Princesa Isabel assume a regência do Brasil.
1879		Amélia Carolina da Silva Couto funda o jornal 'O Echo das Damas', no Rio de Janeiro.
1881		É promulgada a Lei Saraiva, concedendo o direito de voto aos portadores de títulos científicos.
1882		Maria Augusta Generoso Estrella forma-se em Medicina nos EUA, tornando-se assim a primeira médica brasileira.
		Maria Tomásia Figueira Lima e Elvira Pinho, além de outras mulheres, fundam a Sociedade das Senhoras Libertadoras do Ceará (Cearenses Libertadoras), primeira sociedade abolicionista composta somente por mulheres.
1884		A pintora Abigail Andrade expõe no Salão de Belas Artes.
	25 de março	É abolida a escravidão no Ceará, primeiro estado a fazê-lo.
		Elisa de Faria Souto e outras mulheres fundam a sociedade abolicionista Amazonenses libertadoras.
		Eufrásia Teixeira Leite, fazendeira em Vassouras (RJ), liberta todos seus escravos.
1885		Leonor Porto e Maria Amélia de Queiróz, entre outras, fundam em Pernambuco a sociedade abolicionista Ave Libertas composta apenas por mulheres.
		Isabel de Souza Mattos, cirurgiã dentista, requer o seu alistamento eleitoral em São José do Norte (RS), baseada na lei Saraiva. Contudo, pelo fato de ser mulher, seu pedido é negado.
		Revocata Heloisa de Mello e Julieta de Mello Monteiro fundam, no Rio Grande (RS), 'O Corymbo', primeiro órgão da imprensa feminina no sul do país.
	28 de setembro	É promulgada a Lei dos Sexagenários.
1887		A gaúcha Rita Lobato é a primeira mulher a se formar em medicina no Brasil, pela Faculdade de Medicina da Bahia.
	21 de junho	A pernambucana Olegarinha da Gama Carneiro da Cunha empenha suas jóias pela causa abolicionista.
	5/1/87- 22/8/88	A Princesa Isabel assume pela terceira vez a regência do Brasil.

1888	13 de maio	A Princesa Isabel assina a Lei Áurea, abolindo a escravidão.
		Formam-se em direito as primeiras mulheres pela Faculdade do Recife: Maria Fragoso, Maria Coelho da Silva e Delmira Seandina.
		Ermelinda Lopes Vasconcelos é a primeira mulher a ser formar em medicina no Rio de Janeiro e a 2ª no Brasil.
		Josefina Álvares de Azevedo funda, no Rio de Janeiro, o periódico 'A Família'.
1889	15 de novembro	Proclamação da República.
		A Beata Maria Araújo atrai, junto com Padre Cícero, milhões de pessoas a Juazeiro do Norte.
1890		A baiana Isabel Dillon apresenta-se como candidata a deputada mas não é aceita, por ser mulher.
1891		É promulgada a Constituição do Brasil, definindo cidadãos sem alusão à diferença entre os sexos. Contudo, ao tentar se alistarem, várias mulheres têm negado seu direito com a justificativa de que não estariam incluídas na categoria de cidadã.
1892		Júlia Wanderley Petriche é a primeira a mulher a forma-se professora no Paraná.
1893		Auta de Souza, poetisa negra, publica seu único livro 'O Horto', no Rio Grande do Norte.
1895		São enviadas as primeira tropas para combater o povoado de Canudos.
1896		Júlia Lopes de Almeida lança o 'Livro das Noivas', sucesso na preparação das mulheres para o casamento.
		Leolinda Daltro vai para os sertões de Goiás para promover a catequização dos índios.
1897		Chiquinha Gonzaga lança a música Abre Alas, sua música de maior sucesso. A paulista Prisciliana Duarte de Almeida edita o periódico A Mensageira.
1898		Andradina de Oliveira funda no Rio Grande do Sul 'O Ecrínio'.
1899		A escritora baiana Ignez Sabino publica 'Mulheres Ilustres do Brasil'.
1902		Amélia Bevilacqua, Ana Nogueira Batista e outras fundam, em Pernambuco, o periódico 'O Lírio'.
1906		A advogada Mirtes de Campos é a primeira mulher a ingressar na OAB.
		Teresa Fabri e Teresa Carini, entre outras mulheres, lançam manifestos em defesa dos direitos trabalhistas no jornal A Terra Livre.
		A atriz paulista Itália Fausta estréia nos palcos
		A Associação Beneficente Funerária Religiosa Israelita é fundada tendo como primeira presidente Amália Skolnik.

1922		Anésia Pinheiro Machado recebe seu brevê da Federação Aeronáutica Internacional tornando-se pioneira na aviação.
		Anita Malfati, Tarsila do Amaral e Pagu destacam-se na Semana de Arte Moderna.
		Mãe Menininha assume o terreiro do Gantois.
1923		Henriqueta Catharino funda, em Salvador, o Instituto Feminino da Bahia.
		Santa Dica funda a comunidade religiosa <i>Corte dos Anjos</i> , em Goiás.
		Estréia da comediante Alda Garrido na peça <i>A Entrevista</i> .
1924		A mineira Maria Lacerda de Moura publica o livro 'A Mulher Degenerada', difundindo o amor plural e livre.
1925		Tem início a Coluna Prestes, da qual várias mulheres a acompanham, como a cozinheira negra Tia Maria.
1926		Alice Tibiriça funda a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Leprosia.
1927		A potiguar Celina Guimarães Vianna torna-se a primeira eleitora do Brasil.
		Com a reapresentação do projeto de Justo Chermont, Juvenal Lamartine, então senador, apresenta um parecer favorável ao direito de voto das mulheres. Assim, é organizado pela Federação um abaixo assinado de 2.000 mulheres para apoiá-lo.
		Yvone Monteiro da Silva é a primeira mulher a cursar o tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.
1928		Alzira Soriano é a primeira mulher a se eleger prefeita no Brasil, em Lages (RN).
		Em maio, 800 votos de mulheres potiguás, anteriormente apurados, são retirados da contagem final.
		Cria-se o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, ramo do Bloco Operário e Camponês, tendo à frente Maria Lopes e Laura Brandão.
1929		A capixaba Emiliana Viana Emery é a primeira mulher a conseguir o alistamento eleitoral em seu estado.

1933	20 de julho	<p>A alagoana Almerinda Gama é a única mulher delegada-eleitora para eleger os deputados classistas por São Paulo.</p> <p>Carlora Pereira de Queiroz é eleita deputada federal, ao voto a mulher.</p> <p>Promulgado novo Código Eleitoral que dá o direito participar de um Olimpíada</p> <p>A nadadora Maria Lenk é a primeira brasileira a</p>
1932	9 de julho	<p>Explode a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Várias mulheres se engajam em campanhas de apoio aos soldados, como por exemplo Olívia Guedes Penteado, Carlora Pereira de Queiroz, e outras.</p> <p>A nadadora Maria Lenk é a primeira brasileira a participar de um Olimpíada</p> <p>Promulgado novo Código Eleitoral que dá o direito ao voto a mulher.</p>
1931		<p>O presidente Getúlio Vargas assina o decreto do novo código eleitoral, decreto nº 21.076, estabelecendo o direito de voto às mulheres.</p> <p>Explode a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Várias mulheres se engajam em campanhas de apoio aos soldados, como por exemplo Olívia Guedes Penteado, Carlora Pereira de Queiroz, e outras.</p>
1930	3 de novembro	<p>Explode a Revolução de 30. Tenentes gaúchos aliados aos tenentes nordestinos se opuseram às velhas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, tomando o poder após marchar até o Rio de Janeiro. Algumas mulheres participaram, apoiando efusivamente o movimento, como a mineira Elvira Komel e a gaúcha Natércia da Silveira.</p> <p>A cearense Rachel de Queiroz publica seu primeiro romance <i>O Quinze</i>, enquanto que a mineira Henriqueta Lisboa publica seu primeiro livro <i>Enternecimento</i>.</p> <p>Maria Bonita une-se a Lampião e entra no movimento do cangaço que aterrorizou o nordeste, principalmente na década de 30.</p> <p>A gaúcha Yolanda Pereira é eleita a primeira brasileira Miss Universo</p> <p>Morre a paratibana Anaide Beziz, difusora das ideias feministas no seu estado.</p>
1931		<p>É realizado o II Congresso Internacional Feminista. Maria Eugênia Celso é nomeada representante oficial do governo.</p> <p>A advogada gaúcha Natércia da Silveira rompe com a Federação e funda a Aliança Nacional de Mulheres, chegando a ter 3000 sócias, predominando operárias.</p> <p>O presidente Getúlio Vargas assina o decreto do novo código eleitoral, decreto nº 21.076, estabelecendo o direito de voto às mulheres.</p>

1934	14 de outubro	Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (SE) Antonieta de Barros (SC), Lili Lages (AL), Maria do Céu Fernandes (RN), Maria Luiza Bittencourt (BA), Maria Teresa Nogueira de Azevedo e Maria Teresa Silveira de Barros Camargo (SP), elegem-se deputadas estaduais.
		A Federação realiza a 2ª Convenção Feminista Nacional em Salvador.
1935		Eclode a Revolta Comunista, conhecida como Intentona, promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).
		A União Feminina do Brasil, com suas ativistas Armanda Álvaro Alberto, Caetana Martini, Catarina Laudsberg, Elisa Branco, Maria Werneck de Castro, Nieta Campos da Paz, participa da Intentonal Comunista.
1936		Nas eleições suplementares, Maria de Miranda Leão torna-se a primeira deputada amazonense.
		Realiza-se o 3º Congresso Nacional Feminista, quando discute-se a formulação de um Estatuto da Mulher estabelecendo a igualdade de direitos e a criação de um Departamento Nacional da Mulher, no aparelho de Estado.
		Olga Benário é entregue aos alemães pelo governo brasileiro.
1937		Bertha Lutz apresenta o projeto para a criação de um Departamento Feminino e preside a Comissão Especial do Estatuto da Mulher.
	10 de novembro	Getúlio Vargas fecha o Congresso, justificando a necessidade de um governo autoritário que duraria até 1945, conhecido como Estado Novo. Este Estado autoritário sufoca vários movimentos sociais, dentre eles o feminismo.